



UFRRJ



PROPPG
Pro-Reitoria de Pesquisa
e Inovação
UFRRJ



RAIC 21/22
IX Reunião Anual de
Iniciação Científica

RAIDTEC 21/22
III Reunião Anual de Iniciação em
Desenvolvimento Tecnológico
e Inovação

Nossas Cientistas:

*mulheres e ciência no Brasil,
ontem e hoje*



1. Carolina Maria de Jesus
2. Bertha Lutz
3. Maria Conceição
4. Lella Gonzales
5. Mayana Zatz
6. Sonia Guimarães

INCLUSÃO E ACOLHIMENTO EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E AUDITIVA

IX Reunião Anual de Iniciação Científica da UFRRJ (RAIC 2021/2022) e III Reunião Anual de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (RAIDTec 2021/2022) - UFRRJ, 0ª edição, de 15/05/2023 a 19/05/2023
ISBN dos Anais: 978-65-5465-041-0

ESCOBAR; Maria Clara ¹, PIRES; Jaqueline de Lima ²

RESUMO

Este artigo descreve uma pesquisa feita para um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de Arquitetura e Urbanismo, cujo tema foi Acessibilidade Espacial para Pessoas com Deficiências (PCD) Sensoriais em Unidades Básicas de Saúde (UBS). O objetivo principal da pesquisa foi a obtenção de um referencial teórico e prático, visando a compreensão de barreiras físicas que dificultam ou impedem o uso desses estabelecimentos de saúde por pessoas com deficiência auditiva ou visual, e gerar diretrizes projetuais para a adequação de espaços existentes e novos. Para o Referencial teórico, na primeira etapa da pesquisa, foram abordadas as seguintes questões: Conceito de Acessibilidade Espacial e Inclusão; Deficiências Sensoriais; Desenho Universal e Normas de Acessibilidade para UBS. Na segunda etapa foi realizado um Estudo de Caso que teve como base a Metodologia de Avaliação Pós-Ocupação (APO), de abordagem qualitativa. O objeto de estudo foi o Posto de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ), qualificado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) como uma UBS. A partir do Referencial Teórico, verificou-se que no Brasil, ao contrário do que acontece com as deficiências locomotoras, as informações sobre acessibilidade arquitetônica para PCD's Auditivos e Visuais ainda são escassas, e existem poucas referências de intervenção espacial que possam ser utilizadas como exemplos para a melhoria da inclusão destes indivíduos. Tal fato evidenciou uma carência de literatura sobre o tema, demonstrando que a principal norma, NBR 9.050/2020, direcionada à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, precisa ser mais desenvolvida para a inclusão a contento de indivíduos com problemas sensoriais. Baseado nessa carência de informações a pesquisa foi direcionada a buscar referências projetuais bem-sucedidas que contemplassem as necessidades de acessibilidade espacial almejadas. Nesse contexto, foram pesquisadas referências internacionais, a partir de publicações e documentos gráficos levantados.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro , mclararquitectura@gmail.com

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, jaquelinelimapires@gmail.com

Dentre os levantamentos realizados, duas instituições se destacaram: Hazelwood School, em Glasgow, no Reino Unido; e Universidade de Gallaudet, em Washington, nos Estados Unidos. Com base nos estudos dessas edificações foi possível se estabelecer diretrizes projetuais que os projetos das UBS deveriam incorporar para oferecer a acessibilidade espacial e acolhimento desejados. Na segunda etapa da pesquisa, o estudo de caso, para a APO foram aplicados diferentes métodos e técnicas: levantamento planialtimétrico, *walkthrough*, entrevista com o gestor da UBS e registros fotográficos dos espaços físicos (sem pacientes ou funcionários). O diagnóstico permitiu a identificação e mapeamento das barreiras espaciais. Então, um redesenho foi realizado para adequação dos espaços físicos às condições necessárias para os PCDs Auditivos e Visuais, baseado nas diretrizes projetuais estabelecidas. Entretanto, devido às muitas reformas ocorridas ao longo dos anos na UBS da UFRRJ, sem uma orientação técnica adequada, a edificação apresenta inúmeros problemas físico-espaciais, relacionados a fluxos e caracterização dos ambientes, considerando o exigido pelo Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, Elaboração e Avaliação de Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde, Norma RDC 50/2002. Assim, considerando as condições existentes, enfatiza-se que foram propostas somente estratégias projetuais voltadas a melhorar a acessibilidade espacial.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade Espacial, Inclusão, Deficiências Sensoriais, Unidade Básica de Saúde, Avaliação Pós Ocupação